



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Raquel Lopes da Ressurreição

As Mulheres na Marinha do Brasil: Inserção, Formação e Carreira.

Rio de Janeiro

2016

Raquel Lopes da Ressurreição

As Mulheres na Marinha do Brasil: Inserção, Formação e Carreira.

Projeto de monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Batista Andrade

Co-Orientadora: Simone Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro

2016

Dedico esse trabalho a todas pioneiras que abraçaram como profissão a carreira militar, especialmente na Marinha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional.

Agradeço às minhas orientadoras, com quem compartilhei ideias e construções. Também às professoras dos exames de qualificação e da defesa.

Agradeço a minha família e amigos.

*“Elas chegaram de
mansinho, Como as
ondas chegam à praia
E ocuparam espaços
Sem que a princípio
ninguém se desse
conta”*

RESUMO

Esse estudo busca compreender os processos de inserção, formação, desenvolvimento na carreira (salários, postos de trabalho, hierarquias) e as atividades das mulheres na Marinha do Brasil (MB). Trata-se de um estudo qualitativo com pesquisa bibliográfica, por meio da busca nas bases de dados BVS, Scielo e outros. A pesquisa constatou que a dominação masculina no ambiente militar faz com que até hoje as mulheres sintam-se pressionadas física e psicologicamente, pois são cobradas do dever de serem exemplos e provarem que são capazes de exercerem funções antes delimitadas aos homens. É observado, como um dos resultados da pesquisa que, há áreas de trabalho na MB exclusivamente para os homens que são os mais prestigiados e com maiores salários, na maior posição, como o de Almirante. Tal fato demonstra a permanência das desigualdades nas relações de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Mercado de trabalho; Marinha.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA	Corpo da Armada
CAIM	Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia
CAFRM	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha
CEFAN	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
CIM	Corpos de Intendentes
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CPAEN	Concurso Público de Admissão à Escola Naval
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EN	Escola Naval
INSEE	Institut National de la Statistique et des Études Économiques
MB	Marinha do Brasil
MPS	Mulheres, Paz e Segurança
OM	Organização Militar
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado Atlântico do Norte
PNA	Planos Nacionais de Ação
QAFO	Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais
QAFP	Quadro Auxiliar Feminino de Praça
SAM	Serviço Ativo da Marinha

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Admissão das Mulheres nas três Forças Armadas	14
Tabela 2. Salário dos soldados militares das Forças	20
Tabela 3. Círculo de oficiais	32
Tabela 4. Círculo de Praças	32
Tabela 5. Oficiais (nível superior de formação)	33
Tabela 6. Praças (nível médio de formação)	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
ASPECTOS METODOLOGICOS	10
CAPÍTULO 1. Admissão feminina na área militar: contextualizações	11
1.1 Seleção das primeiras mulheres para o Corpo de Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha do Brasil	15
CAPÍTULO 2. Formação, desenvolvimento de carreira e atividades das mulheres na marinha	17
2.1 A Escola Naval na cidade do Rio de Janeiro	22
Considerações Finais	26
Referências	28
Anexos	32

Introdução

Esse estudo busca compreender o processo de inserção, formação, e desenvolvimento na carreira e as atividades das mulheres na Marinha brasileira, que até recentemente fora predominado pelo sexo masculino, provocando a necessidade de estudos na perspectiva das relações de gênero e do trabalho.

A Marinha do Brasil (MB) foi a primeira, entre as forças armadas, a admitir o ingresso das mulheres no Serviço Ativo da Marinha (SAM). Na década de 1980 foi criada a lei nº6.807 de 7/7/1980, assinada pelo Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, que consistia na criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), destinado a atender encargos relacionados à área técnica administrativa e da saúde, sendo estas especialidades hegemonicamente femininas. Isto levou à entrada das mulheres em um ambiente majoritariamente masculino (ALMEIDA, 2010).

Muitas décadas antes, já havia a integração de mulheres nas forças armadas de alguns países membros da Organização do Tratado Atlântico do Norte (OTAN), como Dinamarca (1946), França e Canada, em 1951. No Brasil, este processo se deu após, aproximadamente, 24 anos (ALMEIDA, 2010).

É importante observar o cenário brasileiro antes da aceitação da presença feminina na MB para melhor entendimento dos desdobramentos históricos. Tal processo decisório ocorreu depois de diversas variantes importantes que encadearam nessa aceitação: a redemocratização e o fim da ditadura, além de mobilizações feministas, e outros que serão melhores explicados posteriormente (ALMEIDA, 2010).

Entre 1995 e 1996, foi estendido o acesso legal das mulheres ao oficialato – os Corpos de Saúde e de Engenheiros Navais. Este fato abriu possibilidades em relação ao mercado de trabalho para o sexo feminino, antes muito limitado. Atualmente são registradas no SAM, 6.922 mulheres, sendo 3.197 Oficiais e 3.725 Praças¹. As oficiais são mais expressivas nos Corpos da Saúde (em que 48% são mulheres) e no quadro de apoio à saúde, em que trabalham, principalmente, farmacêuticas e enfermeiras (71%) (LOMBADI, BRUSCHINI, 2008).

Neste sentido, a questão norteadora será: Quais os processos de inserção, formação, desenvolvimento na carreira e as atividades das mulheres na Marinha do Brasil?

¹ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/?q=content/mulher-na-marinha-0>

Aspectos metodológicos

A pesquisa tem por objetivo interrogar e analisar os processos de inserção, formação, desenvolvimento na carreira (salários, postos de trabalho, hierarquias) e as atividades das mulheres na MB. A pesquisa está baseada na abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica. Utilizou-se como referência os descritores: gênero, trabalho, marinha, mulheres e divisão sexual do trabalho.

O estudo, a princípio, se daria por meio da pesquisa de campo na Escola Naval, com entrevistas semi-estruturadas com as mulheres aspirantes. Tinha a finalidade de compreender as relações de gênero e de poder na Marinha a partir da entrada das mulheres na Escola Naval nos anos de 2013 e 2014. Para tanto, foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Fiocruz.

Considera-se que não houve tempo hábil para a análise das documentações que visavam a autorização da pesquisa na EN. A gestão do ensino da EN, em decorrência da indisponibilidade das aspirantes, sugeriu um estudo bibliográfico. Como sugestão, o Comandante responsável pela área de ensino da EN, optou por apresentar a escola no dia 20 de outubro de 2016, com intuito de dialogar sobre a escola, as aspirantes e oferecer materiais bibliográficos sobre as mulheres na Marinha.

Dentre os materiais oferecidos pelo comandante para o estudo bibliográfico, estão dois livros: *Mulheres a Bordo- 30 anos da mulher na Marinha* e *História da Intendência da Marinha: do ingresso da 1º turma de Intendentes na Escola Naval aos dias atuais*. Também duas revistas: a *Revista Marítima Brasileira* e *Revista de Villegagnon- Batalha Naval do Riachuelo 150 anos*. A obra mais utilizada na pesquisa foi o livro *Mulheres a Bordo- 30 anos da mulher na Marinha*.

O livro “30 anos da mulher na Marinha”, é dedicado a todas as mulheres brasileiras, em especial as que embarcaram na carreira militar na Marinha. Aborda os primórdios na MB, a entrada da mulher militar (início da formação, uniformes, padrões de cabelo, regulamento) e sua evolução na carreira até os dias atuais, além de tratar da conciliação do papel da mulher na sociedade, como mãe, mulher e militar. O livro da *História da Intendência da Marinha* retrata o ingresso da primeira turma de Intendentes, desde a Intendência pós-guerra até os dias atuais.

A inserção das mulheres na Marinha é um processo recente, e por isso não há muitas pesquisas desenvolvidas. Ao realizar uma busca na BVS-Brasil, no mês de outubro de 2016,

havia apenas quatro artigos sobre o tema: “Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil”, “Mulheres para a Marinha do Brasil: recrutamento e seleção das primeiras oficiais enfermeiras (1980-1981)”, “Mulheres nas forças armadas: Desenvolvimento Histórico-Jurídico da Participação Feminina na Defesa Nacional” e o artigo “Etilismo na jornada laboral: peculiaridades da vida naval”. Pela carência de materiais, não foi possível fazer uma revisão integrativa² da literatura.

Em suma, esta pesquisa se dará por meio da revisão narrativa³ que respalda-se numa análise mais abrangente. A busca nas fontes não é específica, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção. A interpretação e as informações não precisam ser sistemáticas, o que pode gerar grande interferência da percepção subjetiva do autor.

Este estudo, para melhor compreensão, será distribuído em dois capítulos. O capítulo 1. Admissão feminina na área militar: contextualizações e o capítulo 2. Formação das mulheres na Marinha, seguidos das considerações finais.

²Disponível em: <http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>

³ Disponível em: <http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>

Capítulo 1. Admissão feminina na área militar: contextualizações

É de suma relevância analisar o contexto em que ocorreu a aceitação das mulheres na área militar, pois há um conjunto de elementos interligados à admissão nesse processo.

Durante a ditadura militar que ocorreu entre 1964 a 1985, o Estado era totalmente militarizado e autoritário, sem a possibilidade de haver igualdade e direitos civis. Em meados da década de 1970, começou a haver diversas mudanças permeadas por exigências da conjuntura nacional e internacional, dentre elas a redemocratização do país que veio acompanhada com movimentos feministas, crise hegemônica americana e energética mundial, além de fatores políticos como a fundação, em 1980, do Partido dos Trabalhadores. Em 1982, a possibilidade de a população brasileira votar em cargos políticos, que encadeou no enfraquecimento do governo militarizado (ALMEIDA, 2010).

No governo de Geisel (1974-1979) considera-se uma fase de transformação do regime ditatorial-militar. Logo em seguida, no governo de Figueiredo (1979-1985), é intensificada a abertura política e desagregação do regime ditatorial-militar. Foi preciso afastar a força armada do poder político para manter a imagem militar e estabilizar a disciplina interna, para garantir estabilidade institucional e previsibilidade política ao regime ditatorial. Logo, não foi só por pressão da população civil o retorno dos militares aos quartéis, mas sim o poder retirado destes (CODATO, 2005).

No contexto mundial, países como Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, França e Noruega reformularam suas políticas de recrutamento militar, passando a aceitar em caráter voluntário a entrada das mulheres em suas atividades. Este processo foi tardio no Brasil por causa da ditadura militar, pelo fato de serem vetadas as propostas sobre o ingresso das mulheres nas Forças Armadas, por ser considerado “inconveniente, inoportuno e inaceitável”, sendo alegadas diversas condições negativas como a incompatibilidade das características biológicas e do papel da mulher na sociedade (mãe e dona de casa), não poder disponibilizar-se por inteiro nas tarefas desta profissão (ALMEIDA, 2010).

Para Almeida (2010, p.83): “a instituição militar caracteriza-se como instituição política dada à influência objetiva e subjetiva das suas normas burocráticas e racionais no processo de

socialização dos seus membros”, por isso exerce funções articuladas à formação e implementação política, como legislação e poder executivo.

Em 1979, o projeto de lei elaborado pelo senador Orestes Quércia, consistia no ingresso voluntário feminino nas escolas militares de nível superior como Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras, Academia da Força Aérea. Este projeto foi considerado mais “justo” pelo senador que acreditava que seria inconveniente a obrigatoriedade do alistamento das mulheres, pelo desenvolvimento da nação naquela época. Percebemos com isso, que as decisões de inclusão das mulheres na Marinha, desde o início baseava-se na visão e decisão dos homens, o que interferia no recrutamento e incorporação feminina, sendo estas massacradas pelo sistema militar.

No período de 1951 a 1954, na época da gestão do Vice-Almirante Renato Guillobel, existia uma demanda para inserção das mulheres na Marinha do Brasil. Porém, foi vetado. Em 1975, as Forças Armadas reformularam a lei que dispunha da abertura militar às mulheres, sendo mais uma vez negado. O Ministro da Marinha julgou este projeto inaceitável, com o argumento da necessidade do militar ter disponibilidades exclusivamente voltadas às atividades da Marinha. A conciliação do papel feminino na sociedade – como mãe e dona de casa – seria impossível, a mulher não seria inteiramente devotada às finalidades essenciais da Marinha. Soma-se a isso, a “constituição do biotipo do sexo feminino” no que diz a respeito à carência de uma condição física que suporte o trabalho árduo e pesado da carreira militar (ALMEIDA, 2010).

No ano de 1980, a lei nº6.807 de 7/7/1980, regulamentada pelo Decreto nº 85.238 de 7/10/1980⁴, assinada pelo Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, permitiu a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Este fato possibilitou a entrada feminina no meio militar, por haver vantagens políticas num momento oportuno. Entre elas, seria uma solução para a falta de pessoas na área administrativa e da saúde. A entrada das mulheres possibilitou a substituição dos homens oficiais e praças, das funções burocráticas em terra para aproveitá-los em funções operativas navais. Um dos principais objetivos, também, seria a inauguração do Hospital Naval Marcílio Dias, em 1981, em vista do processo de modernização organizacional (ALMEIDA, 2010).

Logo, fica evidente que a intenção do acesso feminino não foi pela igualdade de gênero, mas pela vantagem das mulheres atuarem em funções de cuidado e educação, como é o caso da área da saúde, por se encaixar nos parâmetros que as mulheres possuem o biotipo mais frágil.

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6807.htm

Além de só atuarem em atividades auxiliares na carreira militar por conta da indisponibilidade, vista na sociedade pelo papel que assumem de “dona de casa”.

A Marinha não previa a atuação das mulheres na área da segurança, isto é, em atividade ligada ao combate, teria apenas o acesso nas áreas técnicas e administrativas. Está claramente explícito no Regulamento do CARFM, que evitava que as mulheres possuíssem porte de armas, missões fora do Rio de Janeiro ou embarcação em navios, de forma permanente (ANDRADA; PERES, 2012).

As autoras Cappelle e Melo (2010) relatam na perspectiva de Soares e Musumeci (2005), que mulheres na polícia, embora aceitas nessa área, ainda sofrem com a hierarquização, pois reproduz os padrões de dominação da sociedade por assumirem cargos de menor relevância, desempenhando funções menos valorizadas. Muitas vezes, elas não têm acesso aos postos de comando reiterando a desigualdade no mundo de trabalho. Com isso, fez-se reproduzir os padrões sociais na divisão sexual –distinção de funções entre homens e mulheres – e hierarquização – homens em um patamar superior às funções auxiliares exercidas pelas mulheres.

Na visão do Almirante Maximiano, a presença feminina tornou o ambiente militar mais modernizado e humanizado, serviu para tirar o aspecto “autoritário” por conta do desgaste da imagem militar perante o cenário da ditadura. Em geral, a entrada das mulheres na marinha obteve resultados positivos e foi bem vista pela sociedade (ALMEIDA, 2010).

A MB foi a primeira das Forças Armadas a admitir mulheres, sendo o maior marco da história militar no Brasil. Como já dito anteriormente, com a promulgação da Lei nº 6.807 foi criado o Corpo Auxiliar da Reserva, composto pelos Quadros de oficiais e Praças. A Força Aérea Brasileira (FAB) admitiu, em 1982, o acesso feminino em atividades administrativas e no âmbito da saúde, assim como na MB. No ano de 1992, foi criado o Quadro Complementar de Oficiais no Exército Brasileiro (EB) admitindo o acesso feminino. Entretanto, as mulheres ficaram reunidas num quadro à parte, diferentemente da MB e FAB. O Quadro era formado por homens e mulheres no exercício de funções técnicas (HONORATO; RABELLO, 2014).

A tabela 1 evidencia o ano e a respectiva lei que possibilitou o ingresso das mulheres em cada Força Armada do Brasil.

Tabela 1. Admissão das Mulheres nas três Forças Armadas

Força	Marinha	Força Aérea	Exército
Ano de Admissão	1980	1982	1992
Quadro/Corpo	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha	Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica	Quadro Complementar de Oficiais
Marco Legal	Lei n. 6.807, de 1980	Lei n. 6.924, de 1981	Lei n. 7.831, de 1989

Fonte: HONORATO; RABELLO, 2014.

1.1 Seleção das primeiras mulheres para o Corpo de Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha do Brasil

O processo de seleção das primeiras mulheres no Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), iniciado em 1980 e com o término no curso no ano de 1981, foi realizado por um concurso público com as seguintes etapas: prova escrita e oral de conhecimentos profissionais, prova de comunicação e expressão, entrevista, exame psicológico, de suficiência física e de saúde. Após a seleção, as candidatas aptas e aprovadas, ainda deveriam passar pelo curso de adaptação, com duração de quatro meses (PAULA et al, 2012).

O CAFRM, na época de sua criação, era formado pelo Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QAFO) com o grau acadêmico de nível superior – e o Quadro Auxiliar Feminino de Praça (QAFP) – com habilitação profissional de nível médio. O Ministério da Marinha deliberou 202 vagas para o QAFO, sendo 56 reservadas às enfermeiras. No QAFP houve 310 vagas, sendo 108 designadas para a área da saúde (PAULA et al, 2012).

Para o QAFO foram abertas vagas para seguintes áreas: “farmácia, medicina, comunicação social, odontologia, enfermagem, serviço social, psicologia, educação física, estatística, processamento de dados, pedagogia, nutrição, meteorologia e engenharias eletrônica e cartográfica”. Para o QAFP, foram abertas áreas de nível técnico em: “processamento de dados, artes gráficas, contabilidade, eletrônica, estatística, análises clínicas, enfermagem, prótese dentária, desportos, laboratório médico, reabilitação fisioterapia, radiologia médica,

documentação médica, mecânica de precisão, meteorologia, secretariado, geodésia, cartografia, e administração hospitalar” (ANDRADA, PERES, 2012, p.53).

A partir disto, é perceptível que as mulheres, ao embarcarem na carreira militar, são direcionadas para as áreas de ciências do cuidado e da educação – áreas predominantemente femininas na sociedade. É então questionável: será que isso não mostra que essas mulheres entraram na marinha para cuidar dos homens, já que elas estão na área da educação e do cuidado?

A área militar ressalta as práticas distintas e distintivas, ou seja, o *habitus*. Elas determinam uma ética e estética na forma de se portar exercendo tais funções que configura a autoridade militar:

Discrição nas maneiras e linguagem escrita e falada; moral ilibada na vida pública e particular; não tratar de matéria sigilosa fora do âmbito apropriado; cultivar espírito de corpo; evitar demonstrações de familiaridade quando estiverem uniformizadas, inclusive gestos de apreço usados no convívio social (ORICHIO et al, 2012, p. 815).

Além disso, o corte e arrumação do cabelo, as unhas, esmaltes e uniformes se enquadravam nas observações do *habitus* militar, de maneira discreta e disciplinada. O estranhamento das candidatas foi perceptível ao passarem nos exames médicos. Um deles foi o exame ginecológico realizado por um médico, o que trouxe desconforto para elas. Embora houvesse médica ginecologista, não tiveram opção (ORICHIO et al, 2012). A dominação masculina mediante o não atendimento das requisições das futuras militares foi evidente. O sistema militar carrega consigo uma série de regras e condutas, que limitam os militares a quaisquer atitudes fora dos padrões adotados.

As candidatas sofreram com essa rígida disciplina, foram fortemente surpreendidas pela obrigatoriedade do corte do cabelo, pois não estava de acordo com os documentos divulgados inicialmente, que permitia o uso do coque para cabelos compridos. Ao se reunirem com o comandante para revogar pelos seus direitos, ele disse que a partir do daquele momento, elas não seriam mais mulheres. O cabelo longo era a marca feminina que tinham. Isso acarretou em humilhação, insatisfação e tristeza destas, uma experiência traumática: “a economia dos gestos reflete a domesticação, que exclui qualquer manifestação espontânea do corpo, sujeito a toda espécies de disciplina e censura com finalidade de desnaturalizá-lo.” (ORICHIO et al, 2012, p.816).

No proceder do curso, as marinheiras estavam totalmente masculinizadas, até na forma de andar. Quando a esposa do comandante percebeu no que a disciplina havia as tornado, providenciou um ensino de etiquetas para voltarem a ser mais femininas (ORICHIO et al, 2012).

Ao analisar o contexto que as jovens marinheiras estavam inseridas, é notório que os militares não estavam totalmente preparados para recepção das mulheres, pois pela primeira vez as teriam no ambiente de trabalho. A forma de dominação masculina no tratamento e na cobrança fez com que as jovens sofressem uma mudança traumática e fossem “masculinizadas”. Apenas depois da visão em geral de uma mulher de fora que percebeu a necessidade de “afeminá-las” novamente, recuperando assim, suas identidades de mulheres.

Por ser a primeira turma feminina na Marinha, as alunas matriculadas no CAFRM sofreram pressão psicológica e física, em razão de serem vigorosamente cobradas do dever de serem exemplos e provarem que eram capazes de exercerem funções antes delimitadas aos homens. A árdua rotina que levavam, não só na parte fatigante do treinamento físico, mas também mental, ocasionou que Algumas até surtaram por causa do regime disciplinador (ORICHIO et al, 2012).

A classificação das enfermeiras deu-se pela escala de aproveitamento do curso QAFO, foram nomeadas segundo-tenente da Reserva. Para uma melhor colocação, disputavam severamente entre si. A ordem da primeira mulher às demais assegurou uma distinção nominal. A classificada em primeiro lugar foi designada Chefe da Divisão de Enfermagem do Hospital Naval Marcílio Dias, substituindo as enfermeiras civis (ORICHIO et al, 2012).

Além dos Estatutos dos militares e o Regulamento Disciplinar, havia um regulamento próprio do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha. As mulheres tinham a exigência de passar por avaliações a cada três anos. Ganhar permanência definitiva na Força após nove anos, além do tempo diferenciado para promoções. O regulamento antevia padrão de adornos, uniforme, cabelo, maquiagem, além da norma sobre condutas. Por fim, após tamanha disciplina da inclusão do *habitus* militar, as jovens militares representaram o rompimento do paradigma – ambiente masculino – representando ética e esteticamente a imagem do oficial militar brasileiro (PAULA et al, 2012).

CAPÍTULO 2. Formação, desenvolvimento de carreira e atividades das mulheres na Marinha

Na pesquisa de Hirata e Kergoat (2007), a concepção de “divisão sexual do trabalho” pode ser compreendida por meio de duas abordagens. A primeira trata de estudos baseados nas desigualdades de homens e mulheres no mercado de trabalho. A segunda é a compreensão da origem dessa desigualdade. As autoras argumentam que a partir do processo da percepção coletiva sobre o reconhecimento que uma grande massa de trabalho é realizada pelas mulheres, há trabalhos femininos sem remuneração, sendo entendido como de “natureza do amor e dever materno”. O trabalho doméstico é reconhecido como “dupla jornada”, “acúmulo” e “conciliação de tarefas”, feito gratuitamente pelas mulheres.

Os homens, historicamente e socialmente, são reconhecidos como pertencentes à esfera produtiva: são tidos com maior valor social e, portanto, maior remuneração. Já as mulheres são vistas como pertencentes à esfera reprodutiva. Esse pensamento tem dois princípios organizadores. O primeiro é o da separação: que diferencia trabalhos específicos para homem e mulher. O segundo princípio é o hierárquico: o trabalho masculino tem mais valor que o feminino (HIRATA; KERGOAT, 2007).

É importante perceber que as condições femininas melhoraram, mas a distância entre homens e mulheres continua de uma forma significativa. Segundo dados do Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE), na França, desde os anos de 1980 consta que cerca de 10% das mulheres ativas são classificadas na categoria de “funcionários e profissões de nível superior”. Em contrapartida, há o aumento da precarização do trabalho feminino que representa 46% da população ativa, sendo 52% dos desempregados e 79% dos salários baixos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Lombardi (2010), em seu artigo “Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil”, investigou por meio de entrevistas com engenheiras navais quais foram as razões da escolha militar, como são suas vidas fora do trabalho, como elas se percebem e como são percebidas na área do trabalho e familiar. Seu estudo aponta que houve estranhamento no começo da carreira, mas aos poucos foram se adaptando. Eram totalmente profissionais no que faziam e isso facilitou seu crescimento na profissão. Tiveram uma boa recepção e foram bem vistas na entrada ao meio militar por ambos os sexos.

As marinheiras não se arrependem da profissão que escolheram. Mas em certas funções não são admitidas, como na tripulação dos navios, o que faz a exclusão e a desigualdade entre os sexos no ambiente de trabalho. Na opinião de alguns militares as atividades de combate e de guerra devem continuar da alçada dos homens, exclusivamente (LOMBARDI, 2010). Essa pesquisa foi realizada em 2010, quando ainda não havia a inserção de mulheres na EN: “segundo algumas engenheiras, o ingresso de mulheres na Escola Naval, quando permitido, será um marco da total aceitação da presença feminina na Marinha” (LOMBARDI, 2010, p.534).

O processo de inserção feminina na força armada, no Brasil, é bem recente. Na França, o processo de feminização ocorreu na década de 1970. Embora essa inserção seja um grande triunfo na história da mulher, no Brasil, ainda se encontram algumas interdições, como a integração regular nas tripulações dos navios e submarinos, o ingresso no Colégio Naval e outros. A conciliação de vida militar e familiar na carreira das mulheres foi um dos motivos de grandes desistências. Há dificuldades nessa conciliação, além do diferenciamento negativo em relação às grávidas e às que acabaram de ter filhos (Lombardi, 2010). Esses fatos não ocorrem na Escola Naval, já que é proibido ter filhos para ambos os sexos, durante o ingresso e a formação⁵.

Em relação aos depoimentos, na pesquisa de Lombardi (2010) foram apontadas vertentes, em relação ao comandante e as mulheres, atribuindo trabalhos menos penosos e atividades mais leves para elas. São revelados que além de provarem a competência profissional nas suas funções ou profissões, elas são constantemente “vigiadas” pelos homens para que não sejam poupadas de nenhuma atividade. Em suma, o resultado da pesquisa mostrou satisfação nas escolhas profissionais das mulheres militares. As primeiras mulheres do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha abriram caminho para a associação das mulheres no militarismo, possibilitando, recentemente, outras conquistas, assim como foi o marco da entrada das mulheres na Escola Naval (LOMBARDI; BRUSCHINI, 2008).

Existem semelhanças na profissão de engenheiros e militares, pois ambas estão em um ambiente historicamente masculino, além de a engenharia ter inicialmente o objetivo de atender a área militar para proporcionar segurança, repressão e melhorias na infraestrutura social (KAWAMURA, 1981). Recentemente tem se aberto opções para o sexo feminino, a procura das mulheres tem se tornado mais frequente. Embora haja uma persistência em relação à dificuldade na inserção em algumas áreas desse campo (BAHIA; LAUDARES, 2013).

⁵ https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/CPAEN2016%20EDITAL.pdf?id_file=3097

A hierarquia é arduamente zelada e respeitada entre os militares. A promoção de nível hierárquico se dá pelo tempo de experiência e destaques na área e/ou provas internas. As atividades na Marinha são inicialmente exercidas de acordo com grau de formação acadêmica e a área que são inseridas. As mulheres podem adentrar na força da Marinha, através do concurso público, com ensino médio para ser aspirante da Escola Naval ou Sargento Músico Fuzileiro Naval. Além do ensino técnico para o Corpo Auxiliar de Praças e também com formação de nível superior para Quadro Complementar de Intendentes, Quadro Técnico, Quadro de Médicos, Quadro de Cirurgiões-Dentistas, Quadro de Apoio à Saúde, Corpo de Engenheiros e Capelão Naval (Para melhor esclarecimento ver anexo 1).

A mais antiga (posto mais alto) na força da Marinha é Contra-Almirante Médica, que pode alcançar, em tese, o posto máximo na carreira de oficiais médicos de Vice-Almirante. No Corpo de Engenheiros Navais, a mulher mais antiga ocupa a posição de Capitão-de-Mar-e-Guerra, em que pode ser promovida a Contra-Almirante em 2018 e de Vice-Almirante, em 2022. No curso de Intendência, a Escola Naval possibilita que as aspirantes, após de aproximadamente quatro décadas, ocupem o posto de Vice-Almirante (ALMEIDA, 2015).

A tabela seguinte refere-se aos salários atuais e futuros dos militares das Forças Armadas, concomitantemente com o grau hierárquico:

Tabela 2. Salário dos soldados militares das Forças

TABELA DOS SOLDOS DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Posto/Graduação	Soldo Atual (R\$)	Soldo a partir de 1º agosto de 2016 (R\$)	Soldo a partir de 1º janeiro de 2017 (R\$)	Soldo a partir de 1º janeiro de 2018 (R\$)	Soldo a partir de 1º janeiro de 2019 (R\$)	%
Almirante, Marechal e Marechal do Ar (*****)	11.280,00	11.900,00	12.578,00	13.294,00	14.031,00	24,39%
Alte Esq, Gen Ex, Ten Brig Ar (****)	10.830,00	11.426,00	12.076,00	12.763,00	13.471,00	24,39%
V Alte, Gen Div, Maj Brig (***)	10.380,00	10.951,00	11.574,00	12.233,00	12.912,00	24,39%
C Alte, Gen Bda, Brig (**)	10.041,00	10.593,00	11.196,00	11.833,00	12.490,00	24,39%
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	9.159,00	9.663,00	10.229,00	10.832,00	11.451,00	25,02%
Capitão de Fragata e Tenente Coronel	8.991,00	9.486,00	10.044,00	10.642,00	11.250,00	25,13%
Capitão de Corveta e Major	8.811,00	9.296,00	9.860,00	10.472,00	11.088,00	25,84%
Capitão Tenente e Capitão	6.945,00	7.327,00	7.861,00	8.517,00	9.135,00	31,53%
1º Tenente	6.576,00	6.938,00	7.350,00	7.796,00	8.245,00	25,38%
2º Tenente	5.967,00	6.295,00	6.673,00	7.082,00	7.490,00	25,52%
Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial	5.622,00	5.931,00	6.268,00	6.625,00	6.993,00	24,39%
Suboficial e Subtenente	4.677,00	4.934,00	5.307,00	5.751,00	6.169,00	31,90%
1º Sargento	4.134,00	4.361,00	4.695,00	5.110,00	5.483,00	32,63%
2º Sargento	3.573,00	3.770,00	4.060,00	4.445,00	4.770,00	33,50%
3º Sargento	2.949,00	3.111,00	3.325,00	3.584,00	3.825,00	29,70%
Cabo (engajado) e Taifeiro Mor	1.974,00	2.083,00	2.243,00	2.449,00	2.627,00	33,08%
Cabo (não engajado)	702,00	741,00	818,00	886,00	956,00	36,18%
Taifeiro 1ª Classe	1.869,00	1.972,00	2.084,00	2.203,00	2.325,00	24,40%
Taifeiro 2ª Classe	1.776,00	1.874,00	1.981,00	2.094,00	2.210,00	24,44%
Soldado Engajado Especializado	1.491,00	1.573,00	1.663,00	1.758,00	1.856,00	24,48%
Soldado Engajado não Especializado	1.254,00	1.323,00	1.398,00	1.478,00	1.560,00	24,40%
Recruta - MN-RC, SD-RC e S2 (não engajado)	642,00	677,00	769,00	854,00	956,00	48,91%
Asp EN e Cad e Al IME (último ano)	1.164,00	1.228,00	1.298,00	1.372,00	1.448,00	24,40%
Asp EN, Cad e Al IME (demais anos) e Al Órg. Form Of Res	945,00	997,00	1.054,00	1.114,00	1.176,00	24,44%
Al CN, EsPCEx e EPCAr (último ano) e Al Es Form Sgt	858,00	905,00	956,00	1.010,00	1.066,00	24,24%
Al CN, EsPCEx e EPCAr (demais anos) e Grumete	840,00	886,00	936,00	989,00	1.044,00	24,29%
Aprendiz-Marineiro	789,00	832,00	879,00	929,00	981,00	24,33%

Fonte: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/mes12/tabela_de_soldos_militares_ffaa.pdf

O menor cargo que as mulheres podem iniciar a carreira é como cabo e o maior nível que podem alcançar é Vice-Almirante, embora não há nenhuma nesse cargo até os dias atuais, tendo em vista que a maior posição existente na Marinha é Almirante. Logo, elas não chegam ao topo da carreira ganhando 11.900 reais, o que reproduz a dominação masculina com cargos mais elevados, assim como na sociedade.

Atualmente, as mulheres conseguiram ascender, em certa medida, na carreira militar e ganhar destaques em diversas áreas. Elas mostraram capacidade e adquiriram respeito dos demais. Em 2010, a partir dos dados obtidos do Banco de Dados de Pessoal da Marinha, somam

um contingente de 4.535 mulheres, o que representa 7,3% do efetivo total da Força. Hoje em dia, somam um contingente de 6.922 mulheres, sendo 3.197 Oficiais e 3.725 Praças⁶. A área da saúde continua sendo, expressamente, ocupada pela mão de obra feminina. As Oficiais representam, no Quadro Técnico, 44% do seu efetivo. No Corpo de Engenheiros Navais, elas representam 13%, e no Quadro Complementar do Corpo de Intendentes, 53%. Já no Quadro Auxiliar da Armada a presença feminina chega a 15%. Em 2009, as Praças de carreira totalizavam 15% do Corpo Auxiliar de Praças (ANDRADA; PERES, 2012).

A ideia principal da área militar está relacionada à guerra, segurança, repressão, e a hierarquização. Esses estereótipos são construídos a partir do sexo masculino, dentro da ideologia machista (BAHIA; LAUDARES, 2013). A Formação Militar-Naval implica diretamente nisso, pois é relacionada na formação do caráter de um oficial de Marinha. Os jovens que aspiram ao oficialato são integrados numa organização distinta e única da Marinha; recebem uma formação marinheira, formação física e formação sociocultural. A partir das análises de Lombardi (2005), desse modo, a entrada das mulheres nesse ambiente é uma tentativa de rompimento desses valores ideológicos. Vai contra também com a ideologia de uma “verdadeira mulher” que serve para um ambiente mais “tranquilo”.

2.1 A Escola Naval na cidade do Rio de Janeiro

A Escola Naval foi a primeira instituição brasileira militar de ensino superior a admitir mulheres. Sendo tal mérito histórico, é de suma valia analisar a história da Escola Naval (EN) – a mais antiga instituição de Ensino Superior do Brasil - para melhor compreensão do tema, investigando a construção e a finalidade de sua criação, mostrando assim, seu processo e as transformações que acarretaram no que hoje se tornou.

Em Portugal, a iniciativa de abrir uma escola para formação de marinheiros se deu em 1782. Apesar dos esforços, apenas em 1796, a Academia Real de Guardas-Marinha foi oficialmente criada, com a finalidade de apurar a preparação dos oficiais da armada. No século XIX, Napoleão Bonaparte se tornou o líder supremo da França. Nesse governo, Bonaparte objetivou industrializar economicamente o país, retaliando o monopólio mercadológico britânico, para isso, em 1806, impôs o Bloqueio Continental à Europa. Entretanto, Portugal já tinha

⁶ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/mulher-na-marinha-0>

assinado uma série de tratados econômicos com a Inglaterra, logo, não cumpriu com a ordem francesa. Sendo assim, Napoleão ameaçou invadir Portugal. Sem muita opção, Portugal aceitou o plano da Inglaterra de fuga. Por esse fato, o príncipe Regente do trono Português decidiu transferir a corte portuguesa ao Brasil, transferindo também a Academia Real de Guardas Marinha, que chegou por meio do Oceano Atlântico, em 1808, na Baía de Guanabara, se instalando no Mosteiro de São Bento⁷.

A partir daí, foi sofrendo mudanças de local e da sua gestão. Fundiu-se a Academia Militar com Guardas-Marinha, em 1832. Passou a funcionar no Largo de São Francisco. Entretanto, no ano seguinte, a Academia de Guardas-Marinha voltou para o Mosteiro de São Bento, separando assim, da Academia Militar. Depois em 1839, Guardas-Marinha já eram chamados comumente de Academia de Marinha. E passou a ter como sede a nau Dom Pedro II, fundada na Baía de Guanabara, onde permaneceram por dez anos³.

A Academia de Marinha permaneceu no Largo da Prainha de 1849 até 1867. Dentro desse período, especificamente em 1858, ocorreram diversas mudanças devido à Revolução Industrial, passando a ser chamada Escola de Marinha. De 1867 a 1882, a Escola de Marinha funcionou a bordo da Fragata Constituição. Após cem anos, passou a ter como instalação, o arsenal de Marinha e o aquartelamento dos aspirantes em navios. Em 1883, a Escola tem a primeira fase na Ilha das Enxadas. Em 1886, após sofrer a fusão com o colégio Naval, a instituição foi nomeada a Escola Naval, que é utilizada até nos dias atuais. De 1914 a 1919, a Escola Naval funcionou em Angra dos Reis, onde hoje é o Colégio Naval.

Em 1937, quando a Escola Naval já estava instalada na Ilha das Enxadas começou a oferecer três cursos distintos para especialização dos oficiais que foram Corpo da Armada (CA). É este que conduz, opera e mantém os navios de guerra, de pesquisa e de apoio da Marinha do Brasil, atuando nas funções administrativas e operativas em Organização Militar (OM) de terra, privativas desse Corpo.

Os Corpos de Intendentes (CIM) tem por finalidade assumir a área administrativa, que visa o atendimento das atividades logísticas, de economia, finanças. Também gerencia e conduz atividades de administração, abastecimento e finanças nas Organizações Militares da Marinha³.

⁷ Fonte consultada em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/corte-portuguesa.htm>

³ Fonte consultada em: <https://www1.mar.mil.br/en/>

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) tem como uma de suas tarefas, a projeção de poder sobre a terra. Exercendo cargos relativos à aplicação do Poder Naval, em especial nas operações anfíbias. Por isso, tem um treinamento especial e rigoroso aos que escolhem seguir o Cargo de Fuzileiros Navais³. Por fim, a Escola Naval se fixou na Ilha de Villegagnon, em 1938, que fora feita para abrigar a Escola Naval que se encontra instalada até hoje².

O processo de ingresso das mulheres nas Academias das Forças Armadas é bem recente, tendo em vista que pela primeira vez na história, em 2014, as mulheres inseriram-se na Graduação da Escola Naval para se formarem Oficiais Intendentes (HONORATO; RABELLO, 2014).

Em 2013, quando a EN recebeu a demanda oficial que havia chegado a hora de receber as primeiras mulheres, houve uma grande preocupação por onde começar a preparação para recepção das tais. Com isso, foi necessária a atuação da primeira Oficial mulher integrante do Estado-Maior do Comando do Corpo de Aspirantes (ComCA). A Capitão-Tenente do Quadro Técnico, Débora A. Rabello, foi a responsável por inspecionar os aspirantes durante a parada escolar com o intuito de vivenciar suas atividades e participar do seu cotidiano para trabalhar essas rotinas com as mulheres (HONORATO; RABELLO, 2014).

O estranhamento foi evidente para os aspirantes com a presença da Oficial os inspecionando. Pela primeira vez uma mulher inspeciona os jovens aspirantes e concorre ao emblemático serviço de Oficial de Serviço do Corpo de Aspirantes (OSCA). A primeira preocupação foi onde as aspirantes ficariam alojadas. Depois de muitas reuniões decidiram que não só o local de instalação, mas tudo que permearia a formação das mulheres seria o mais idêntico possível ao dos homens; elas participariam de tudo que fosse previsto (HONORATO; RABELLO, 2014).

Outro marco importante foi a adaptação das Normas do Comando do Corpo de Aspirantes, não mexeu com a estrutura, apenas deixou mais detalhados algumas regras como do uniforme feminino para as áreas comuns, inclusão de procedimentos para inspeção nos alojamentos (caso o Oficial fosse do sexo oposto), e outras instruções necessárias (HONORATO; RABELLO, 2014).

O ingresso na EN é por meio de Concurso Público de Admissão à Escola Naval (CPAEN). Depois de aprovados na prova intelectual passam pelos eventos complementares, todos de caráter eliminatório, que são: Inspeção de Saúde (IS); Teste de Aptidão Física (TAF);

Verificação de Dados Biográficos (VDB) (Fase preliminar e final); Verificação de Documentos (VD); Avaliação Psicológica (AP); e Período de Adaptação⁸. Os estudantes ao integrarem-se nos cursos de graduação nas EN seguem o ensino estruturado em um Ciclo Escolar e um Ciclo Pós-Escolar.

O Ciclo Escolar realizado pelo aluno na graduação de Aspirante, terá a duração de quatro anos letivos, para todos os cursos, sob o regime de internato. As jovens, ao longo de quatro anos, estudarão disciplinas afetas às áreas de Administração, Contabilidade Geral e de Custo, Orçamento, Finanças, Abastecimento, Logística e Auditoria, dentre outras⁹. Segue uma rotina regrada dos aspirantes. Às 6:00 horas, todos levantam com o toque da alvorada. Nas segundas-feiras, às 8:00 h é o içar da Bandeira Nacional, e em seguida, o desfile em continência e nesses dias as aulas são ministradas de 8:30h às 14:30h, com intervalo de uma hora para o almoço.

Nos outros dias, das 7:10 h às 12:10 h, é ministrada a aula curricular; depois, uma hora de pausa para o almoço. Às 13:30 h, é realizada a parada escolar na qual são verificados o apuro dos uniformes e o asseio pessoal dos aspirantes. Em seguida, realizam atividades inerentes à Profissão Militar Naval. De 19h30min às 21h30min, depois da janta, os estudantes do primeiro ano voltam às salas de aula. Às 22h com o toque do silêncio todos dormem.

Os alunos que concluem o ciclo escolar passam para o ciclo pós-escolar com duração de um ano. Os aspirantes são nomeados como guarda-marinha. Neste período de aprendizagem prática e instrução, exercem funções de acordo com o Corpo a que pertencem, sendo supervisionados pela EN. Os aspirantes que concluírem com aproveitamento receberão o Diploma de Graduação em Ciências Navais com a ficha histórico-escolar e serão nomeados Segundos-Tenentes, posto em que se inicia a carreira de Oficial da Marinha¹⁰.

Os cursos do Corpo de Fuzileiros Navais e da Armada são até hoje exclusivamente para o sexo masculino. Somente o Corpo de Intendentes é para ambos os sexos, mantendo uma segregação dentro das funções militares. Os valores organizacionais são a base da instituição militar que servem de base para melhorar a eficiência do trabalho, “dizem a respeito ao comportamento desejável do indivíduo [...] como motivador de seu relacionamento com as

⁸ Disponível no edital do CPAEN: https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/CPAEN-2016%20EDITAL%20.pdf?id_file=3272

⁹ <https://www.marinha.mil.br/content/mulher-na-marinha-0>

¹⁰ https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/CPAEN2016%20EDITAL.pdf?id_file=3097

tradições de sua instituição, comunicados e transmitido entre seus membros” (HONORATO; RABELLO, 2014, p.9).

Honorato e Rabello (2014) argumentam, na perspectiva da formação na Academia do exército, que o isolamento dos cadetes do mundo de fora ajuda-os a identificar o novo papel, e assim, muda suas concepções. Esse isolamento possibilita conhecerem os valores e as virtudes dos militares, como a hierarquia e a disciplina. Honorato e Rabello apud Schirmer (2007) apresentam as virtudes na carreira dos jovens militares, inicialmente a camaradagem- “convivência entre companheiros; solidariedade ou amizade entre colegas” (HONORATO; RABELLO, 2014, p.9). Com relação ao espírito militar: “exaltação ao sentimento do dever que emana em prol da sociedade, o respeito à disciplina, abnegação, e a lealdade e a coragem física e moral” (HONORATO; RABELLO, 2014, p.9).

Na análise da coleta dos dados das 12 primeiras aspirantes da Escola Naval, Honorato e Rabello (2014) avaliaram a relação das jovens com o universo masculino. Em geral, elas disseram que tiveram uma relação saudável e sadia, com respeito e companheirismo. Entretanto, uma resposta interessante de uma das aspirantes diz “os aspirantes (meus companheiros de turma) me aceitaram bem na turma, sobre os Oficiais, às vezes parece que cobram de mim por eu ser mulher”, evidência que ainda há certa pressão por serem mulheres no meio masculino.

A respeito das expectativas das aspirantes relacionadas no trato com o ambiente masculino quando forem formadas, relatam que terão compostura e respeito, para mostrar aos militares que podem ser excelentes Oficiais. Algumas estudantes revelam que enfrentam dificuldades em conciliar a família com a vida profissional e a distância quando fazem longas viagens (HONORATO; RABELLO, 2014).

O ambiente militar tem por característica ser um ambiente masculino, especialmente por envolver atividades de força, risco e forte rigor da disciplina. Embora haja a tentativa de igualar as normas militares para ambos os sexos, permanecem alguns acessos restritos para homens como funções relacionadas a combate. Apesar disso, uma vez que as oportunidades foram abertas, as mulheres estão demonstrando sua capacidade decisória e de comando, dispostas a superar outros desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres vêm demonstrando seu valor e a sua capacidade de decisão e liderança. Assumiram cargos historicamente masculinos, como a Presidenta da República em 2010, Dilma Rousseff e a Oficial general em 2013. Há aquelas nas atividades em construção civil, engenharia, em aviões de combates e outras. Algumas mudanças nas relações de gêneros evoluíram, o leque de oportunidades tem aumentado lenta e progressivamente, com o amadurecimento social voltado para a democracia e igualdade de gênero.

Entretanto, a dominação masculina no ambiente militar faz com que até hoje as mulheres sintam-se pressionadas física e psicologicamente, pois são cobradas do dever de serem exemplos e provarem que são capazes de exercerem funções antes delimitadas aos homens. É observado, como um dos resultados da pesquisa, que há áreas de trabalho na MB exclusivamente para os homens que são os mais prestigiados e com maiores salários, na maior posição, como o de Almirante. Tal fato demonstra a permanência da dominação masculina.

As mulheres são vistas na sociedade no campo reprodutivo, enquanto os homens, no da produção. Logo, as militares enfrentam o desafio de conciliar os papéis de ser mãe, mulher e militar. Conforme Andrada e Peres (2012, p. 204), muitas das mulheres que exercem “função de liderança continuam a desempenhar normalmente as suas atividades domésticas, realizando desta forma uma dupla jornada de trabalho [...] Todas essas atribuições desempenhadas, tanto no seio familiar, como no trabalho, acarretam uma sobre carga emocional adicional” (ANDRADA; PERES, 2012, p. 204).

A Marinha disponibiliza um apoio social, composto por psicólogas, advogadas, assistentes sociais, pedagogas e outras profissionais de diversas áreas. Esse apoio é muito importante, ao considerar os possíveis transtornos que podem sofrer, também pela longa ausência da família em cumprimento de missões perante o trabalho. Por esse fato, muitas das militares podem acabar optando por não seguir esta carreira, preocupações que os homens não precisam ter.

É importante entender também que, embora as oportunidades sejam maiores hoje para as mulheres, a idéia de que somente com a força, dedicação e profissionalismo, todas poderão alcançar sonhos e aspirações profissionais não condiz com a realidade. Mesmo com esforço e

dedicação muitas mulheres não terão acesso a essa área, além do preconceito racial, de classe social, sexualidade e outros que sofrem.

Em suma, as mulheres têm se superado e abrindo, cada vez mais, oportunidades profissionais, tendo o reconhecimento em âmbito nacional e internacional. É possível que os homens militares possuam o receio de que as mulheres assumem postos de maior liderança e tire os prestígios que fora sempre deles. Isto dificulta o avanço da igualdade de gênero no trabalho.

Referências

A CARREIRA MILITAR: características gerais. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2013/03/mulheres-ja-representam-6-34-do-efetivo-totalnas-forcas-armadas-brasileira>>. Acesso em: 15 nov. 2016 às 14h12min.

A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/corte-portuguesa.htm>. Acesso em 13/05/2016 às 14h16min

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. **Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras**: situação atual e perspectivas futuras. Brasília: Consultoria Legislativa, [mai/2015]. 1-47 p.

ALMEIDA, Mariza Ribas D'Ávila de. **Características do processo decisório sobre o ingresso da mulher militar na Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, [2010]. 79-89 p.

ANDRADA, Sheila Aragão de; PERES, Helena Maria. **Mulheres a Bordo**: 30 anos da Mulher Militar na Marinha do Brasil. Raphael Peres Corrêa. ed. Rio de Janeiro: HMPeres & Associados, 2012. 240 p. v. 1.

BAHIA, Mônica Mansur; LAUDARES, João Bosco. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Desafios Atuais dos Feminismos. **A Engenharia e a Inserção Feminina**. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais-CEFET/MG, Belo Horizonte, Brasil. p. 1-10. Setembro, 2013 .

BRASIL. 85238 - 07/10/1980: REGULAMENTAÇÃO TOTAL. n. 6.807, de 07 de jul. de 1980. CRIA O CORPO AUXILIAR FEMININO DA RESERVA DA MARINHA (CAFRM) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **REVOGADA**. Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca. Coleção de Leis do Brasil. ed. Marinha do Brasil, v. 5, p. 1-

51, jul. 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6807.htm>. Acesso em: 30 nov. 2016 às 12h40min.

BRUSCHINI, Maria Cristina; LOMBARDI., Maria Rosa. SPM-Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República. **AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: A marinha do Brasil(1980-2008)**, Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, junto aos 1º. e 8º. Distritos Navais, respectivamente, Rio de Janeiro e São Paulo. Julho de 2008 - Cristiano Miglioranza Mercado (assistente de pesquisa). DVD.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. **Mulheres policiais, relações de poder e gênero na polícia militar de Minas Gerais**. RAM, Rev Adm Mackenzie, 11(3):71-99, 2010.

CONSTRUINDO Planos Nacionais de Ação eficazes: coletânea de boas práticas. Instituto Igarapé. Disponível em: <<https://igarape.org.br/construindo-planos-nacionais-de-acao-eficazes/>>. Acesso em: 13 dez. 2016 às 15h01min.

Edital da Escola Naval. CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À ESCOLA NAVAL (CPAEN) EM 2016. Disponível em: https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/CPAEN2016%20EDITAL.pdf?id_file=3097. Acesso em: 23/06/2016 às 09h30min.

Escola Naval. Disponível em: <https://www1.mar.mil.br/en>. História da EN; Rotina dos aspirantes; Corpos Intendência, Fuzileiros Navais e da Armada.. Acesso em: 05/06/2016 às 13h40min.

GIANNINI, Renata A. **Construindo Planos Nacionais de Ação eficazes**: coletânea de boas práticas. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2016. 1-25 p.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Revista Tecnologia e Sociedade. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, set./dez. 2007. Caderno v. 37, n. 132, p. 595-609.

HONORATO, Hercules Guimarães ; RABELLO, Débora de Araújo. **As primeiras aspirantes na Escola Naval**: inclusão, trajetórias iniciais e boas-vindas às novas "sentinelas dos mares". Rio de Janeiro: Revista Villegagnon, 2014. 6-15 p.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil**. Revista FCC -Fundação Carlos Chagas; 18(2): 529:46, 2010.

MARINHA do Brasil. Disponível em: <https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/CPAEN2016%20EDITAL.pdf?id_file=3097>. Acesso em: 17 nov. 2016 às 20h05min

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Kivanski de. **HISTÓRIA ORAL COMO FONTE: problemas e métodos**. Historiæ, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA, MARINHA DO BRASIL. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/?q=content/mulher-na-marinha-0>. Acesso em 05/06/2016 às 22h10min.

MULHER na Marinha. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/mulher-na-marinha-0>>. Acesso em: 01 dez. 2016 às 23h07min.

ORICHIO, Ana Paula Carvalho et al. **Mulheres para a Marinha do Brasil**: recrutamento e seleção da primeiras Oficiais Enfermeiras (1980-1981). Florianópolis: [s.n.], 2012. 811-8 p.

SILVA, Eduardo Pinto; FABBRO, Márcia Regina Cangiani; HELOANI, Roberto. **O trabalho de enfermeiras e guardas municipais**: identidade, gênero e poder. Interface: comunicação, saúde, educação; 13(31): 397-407, 2009.

TABELA DOS SOLDOS DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/mes12/tabela_de_soldos_militares_ffaa.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016 às 14h20min.

TIPOS de revisão da literatura. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. Disponível em: <<http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016 às 09h30min.

ANEXO 1

Tabela 3. Círculo de Oficiais

Oficiais Gerais	Oficiais Superiores	Oficiais Intermediários	Oficiais Subalternos
Almirante	Capitão-de-Mar-e-Guerra	Capitão-Tenente	Primeiro-Tenente
Almirante-de-Esquadra	Capitão-de-Fragata		Segundo-Tenente
Vice-Almirante	Capitão-de-Corveta		
Contra-Almirante			

Fonte: ANDRADA, PERES, 2012, anexo B.

Tabela 4. Círculos de Praças

Suboficiais, Subtenentes e Sargentos	Cabos e Soldados	Praças Especiais¹¹
Suboficial	Cabo	Guarda-Marinha
Primeiro-Sargento	Marinheiro Especializado e Soldado Especializado	Aspirante (aluno da EN)
Segundo-Sargento	Marinheiro e Soldado	Aluno do Colégio Naval
Terceiro-Sargento	Marinheiro-Recruta e Recruta	Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva
		Aprendiz-Marinheiro
		Aluno de Órgão de Formação de Praças da Reserva

Fonte: ANDRADA, PERES, 2012, anexo B.

¹¹ As praças especiais são militares em processo de formação que se enquadram em graduações transitórias.

Tabela 5. Oficiais (nível superior de formação)

Quadro de Intendentes e Quadro Complementar do Corpo de Intendentes da Marinha	Corpo de Engenheiros	Quadro de Médicos do Corpo de Saúde da Marinha	Quadro de Cirurgiões-Dentistas do Corpo de Saúde da Marinha	Quadro de Apoio à Saúde do Corpo de Saúde da Marinha	Quadro Técnico do Corpo Auxiliar da Marinha	Quadro Auxiliar da Marinha do Corpo Auxiliar da Armada
Administração Ciências Contábeis Ciências Econômicas	Engenharia Arquitetura Urbanismo	Medicina, Fisioterapia Patologia Clínica	Odontologia Patologia Bucal Estomatologia Prótese Dentária	Administração Hospitalar Enfermagem Farmácia, Fisioterapia Fonoaudiologia Nutrição Psicologia	Administração, Arquivologia e Gestão de Documentos, Banco de Dados, Biblioteconomia Ciências Náuticas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Desenho Industrial, Direito, Educação, Engenharia, Estatística, Geologia e Geofísica Marinha, Informática, Meteorologia, Museologia, Oceanografia, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social	Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia, Estatística, Fisioterapia, Informática, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social

Fonte: <https://www.marinha.mil.br/content/mulher-na-marinha-0>

Tabela 6. Praças (nível médio de formação)

Quadro Auxiliar Técnico de Praças do Corpo Auxiliar de Praças da Marinha	Quadro Técnico de Praças do Corpo Auxiliar de Praças da Marinha	Quadro de músicos do Corpo de Praças Fuzileiros Navais
Administração; Administração Hospitalar; Contabilidade; Desenho de Arquitetura; Desenho Mecânico; Edificações; Eletrônica; Enfermagem; Estatística; Estruturas Navais; Geodésia e Cartografia; Gráfica; Higiene Dental; Mecânica; Meteorologia; Metalurgia; Motores; Nutrição e Dietética; Patologia Clínica; Processamento de Dados; Prótese Dentária; Química; Radiologia Médica; Reabilitação; Secretariado e Telecomunicações	Administração; Contabilidade; Desenho de Arquitetura; Desenho Mecânico; Edificações; Eletrônica; Enfermagem; Estatística; Estruturas Navais; Geodésia e Cartografia; Gráfica; Higiene Dental; Mecânica; Meteorologia; Nutrição e Dietética; Patologia Clínica; Processamento de Dados; Prótese Dentária; Química; Reabilitação; Secretariado e Telecomunicações	Música

Fonte: <https://www.marinha.mil.br/content/mulher-na-marinha-0>